



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- CCBSA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

MARIA HELENA DOS SANTOS GOMES LEAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL:
Programa Mais Educação**

**JOÃO PESSOA - PB
2016**

MARIA HELENA DOS SANTOS GOMES LEAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL:
Programa Mais Educação**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Pós-Graduação em Gestão em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.
Área de concentração: Gestão Pública

Orientador: Prof. Ms. Edvando Fernandes Gomes

**JOÃO PESSOA - PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L435p Leal, Maria Helena dos Santos Gomes
Políticas Públicas na Perspectiva da Educação Integral
[manuscrito] : programa mais educação / Maria Helena dos Santos
Gomes Leal. - 2016.
43 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,
Técnico e Educação à Distância, 2016.
"Orientação: Prof. Ms. Edvando Fernandes Gomes,
PROEAD".

1. Política Pública. 2. Educação Integral. 3. Mais Educação.
I. Título.

21. ed. CDD 320.6

MARIA HELENA DOS SANTOS GOMES LEAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: uma
análise do Programa Mais Educação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Gestão
Pública da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão Pública.

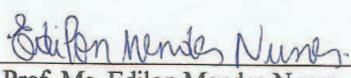
Orientador(a): Edvando Fernandes Gomes

Aprovado em: 28/03/2015.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Ms. Edvando Fernandes Gomes (Orientador)
(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)



Prof. Ms. Edilon Mendes Nunes
(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)



Profª. Ms. Aline Poggi Lins de Lima
(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus por ter me dado forças e discernimento para enfrentar os obstáculos e vencê-los, assim como ao meu pai e mãe por seus incentivos para que isso fosse possível de realizar.

AGRADECIMENTOS

Sobretudo agradeço a Deus, por me guiar, me dar forças para enfrentar os obstáculos presente nos estudos acadêmicos e pessoais, sempre com muito encantamento e disposição para aprender.

Ao meu amado e querido pai Luiz Gomes, que se foi no decorrer do curso, mas que sempre desde muito cedo me incentivou e acreditou em meu potencial, tornando-se muitas vezes meu confidente, um herói e amigo que sempre esteve ao meu lado independente dos obstáculos que iríamos enfrentar, pelo seu amor e apoio incondicional.

A minha querida e amada mãe Maria, que nunca me deixou desistir, pela sua grande capacidade de acreditar que tudo é possível.

Ao meu amado esposo Célio, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos me incentivando, e ajudando na construção dos nossos passos a serem seguidos, sem sobrecargas, apenas companheiros, amado e amigo.

Ao meu amado filho que ainda não nasceu, mas já me dar para continuar estudando e almejando o futuro melhor.

Ao meu orientador por sua paciência, cuidado, direcionamento e incentivos durante os estudos, mostrando que é possível fazer melhor.

À Rochane Villarim, coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos que participaram dos questionários, pois sem suas disponibilidades não seria possível de acontecer.

Maria Helena dos Santos Gomes Leal

“O **poder político** é um fenômeno social e encontrasse disseminado na sociedade, em doses diferentes, nas diversas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Mas é no **Estado** – uma instituição muito particular – que ele está concentrado, em alta medida.”

(Maria Paula Gomes dos Santos)

RESUMO

Na primeira metade do século XX, no Brasil houve razoáveis investimentos na Educação Integral, tanto na perspectiva intelectual quanto nas ações educativas de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que acreditava e procurava implementar esta concepção nas instituições para que fossem vivenciadas. O Programa Mais Educação surge como uma forma de garantir mais tempo de crianças e adolescente na escola, lugar este visto como um dos formadores de formação cidadã, como ação inserida no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), faz parte de uma política de governo que assume objetivos amplos, procurando atender os públicos mais discriminados, trazendo-os para escola como forma de lhes oferecer atividades integradas envolvendo o currículo de forma multidisciplinar, possibilitando uma educação que valoriza a cidadania e da situação de vulnerabilidade, nesta perspectiva este trabalho procura identificar o processo da Educação Integral na perspectiva do Programa Mais Educação, assim como o processo de desenvolvendo dentro da perspectiva da Educação Integral, nos termos estruturais, pedagógico e gestacional, através de uma pesquisa realizada através de questionários apontando para a qualitativa. Diante da pesquisa desenvolvida é possível dizer que a Educação Integral e o Programa Mais Educação necessitam de muitas discussões para uma elaboração de ações efetivas e assim (re) criar estratégias para uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Educação Integral; Política Pública; Mais Educação.

ABSTRACT

In the first half of the twentieth century, Brazil was reasonable investments in Integral Education, in the intellectual perspective on the educational activities of Catholics, anarchists, of fundamentalist and educators like Teixeira, who believed and sought to implement this design in institutions for they were experienced. The More Education Program emerges as a way to ensure more time for children and adolescents at school, place this seen as one of civic education trainers, as action inserted in the PDE (Education Development Plan), is part of a government policy that assumes broad objectives, seeking to meet the most discriminated public, bringing them to school as a way to offer them integrated activities involving the curriculum in a multidisciplinary way, providing an education that values citizenship and vulnerability in this perspective this paper seeks to identify the process of Integral Education in the perspective of the More Education Program, as well as the process of developing within the perspective of Integral Education, the structural, educational and gestational terms through a survey conducted through questionnaires pointing to the qualitative. Given the research developed is possible to say that the Integral Education and the More Education Program require many discussions for an elaboration of effective actions and thus (re) develop strategies to quality education.

Keywords: Integral Education; Public policy; More Education.

LISTA DE SIGLAS

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação;

IDB – Índice de desenvolvimento da Educação;

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

MEC – Ministério da Educação e Cultura;

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola;

FUNDEB – Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | PROBLEMÁTICA | 13 |
| 3 | JUSTIFICATIVA | 13 |
| 4 | OBJETIVO | 13 |
| 4.1 | OBJETIVO GERAL | 13 |
| 4.2 | OBJETIVO ESPECIFICOS | 14 |
| 5 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 5.1 | EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMO DIREITO | 14 |
| 5.2 | PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUAS ORIGENS | 15 |
| 6 | ANALISANDO O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POLITICAS PÚBLICAS | 24 |
| 7 | METODOLOGIA | 26 |
| 8 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 29 |
| 9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |
| | APÊNDICE – QUESTIONÁRIO | 41 |

1 INTRODUÇÃO

A Educação Integral refere-se às concepções e práticas complementares, ou, ainda, bastante diferentes, o conceito é abrangente e, dependendo do contexto em que é utilizado, pode revelar as disputas que essas concepções e práticas comportam.

Na primeira metade do século XX no Brasil houve consideráveis investimentos na Educação Integral, tanto na perspectiva intelectual quanto nas ações educativas de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que acreditava e procurava implementar esta concepção nas instituições para que fossem vivenciadas.

Havia várias ideologias referenciais para a tendência da Educação Integral em que alguns baseavam-se de acordo com o contexto atual. Na década de 30, o Movimento Integralista defendia a Educação Integral a partir dos escritos de Plínio Salgado no contexto da espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, considerados como político-conservador. Em por outro lado, os anarquistas, na mesma década defendiam a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora.

Anísio Teixeira, um dos mentores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensou em um Sistema Público de Ensino para o País, propondo uma educação segundo os seguintes requisitos “desse as crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas, saúde e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educa-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia”.

Com esta concepção, Anísio Teixeira colocou em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro estas atividades entendida como escolares na cidade de Salvador, na Bahia em 1950. Muitos foram as iniciativas, inclusive na década de 60, Anísio Teixeira, na presidência do INEP, foi convocado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para se encarregar de criar “Plano Humano” de Brasília, juntam ente com Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros expoentes da educação Brasileira.

Muitos foram os Programas surgidos nestas perspectivas, porém um se destaca, o que iremos priorizar em nossa análise sobre Educação Integral refere-se ao Programa Mais Educação, que segue estes moldes, que para muitos ainda parece ser uma ideia nova, porém percebemos que esta ideologia existia muito tempo atrás, na qual a prioridade é trazer crianças e adolescente a escola em tempo integral, permitindo as mais variadas atividades na

propiciação do lazer e aprendizagem cidadão e intelectual, porém se faz necessário uma análise mais rigorosa, para de fato constatar se é isto mesmo que vem ocorrendo, se não o que ainda falta para tal.

Sendo assim, a pesquisa procura questionar como a Educação Integral na perspectiva do Programa Mais Educação está acontecendo, nos espaços escolares, se estes estão adequados em termos estruturais e pedagogicamente.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

A partir da discussão estabelecida sobre Educação Integral, com foco no Programa Mais Educação, foi elaborado um questionário que abordasse as implicações no desenvolvimento deste tipo de educação, através de perguntas e das respostas dos entrevistados, elaborando pareceres para buscar entender o processo em que está inserida esta proposta. Identificando sua atuação como modelo da ideologia abordada desde sua estruturação, na proposta de educação que fomenta a cidadania, dignidade, oportunidade, lazer e esporte mantendo o alunado mais tempo na escola. Questionando se estas estruturas/espaços estão adequadas tanto fisicamente quanto pedagogicamente.

3 JUSTIFICATIVA

Este estudo/pesquisa corrobora com uma reflexão sobre como está acontecendo a Educação Integral, com foco no Programa Mais Educação, partindo da ideologia que se é pensada a educação que busca privilegiar crianças e adolescentes em situações de riscos, assim como possibilitá-las a conhecer outros universos, mas também como a estrutura que compõe o programa vem favorecendo didaticamente e profissionalmente os educadores que atuam nesta proposta. Através deste estudo é possível identificar como a educação integral seria uma oportunidade de promover a cidadania e a dignidade dos grupos menos favorecidos da sociedade.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Investigar como o Programa Mais Educação está se desenvolvendo dentro da perspectiva da Educação Integral, nos termos estruturais, pedagógico e gestacional.

4.2 ESPECIFICOS

- Fomentar uma reflexão sobre a prioridade de trazer crianças e adolescente para a escola em tempo integral, permitindo as mais variadas atividades na propiciação do lazer e aprendizagem cidadão e intelectual, para o desenvolvimento integral;
- Identificar a atuação dos profissionais que estão inseridos neste modelo de educação, a partir da valorização e competência tanto na parte estrutural quanto profissional dos ministrantes das oficinas e coordenador.
- Descrever o processo que ocorre na execução do programa, avanços e retrocessos diante da problemática lançada, através dos dados apresentados.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

5.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMO DIREITO

Uma Educação em tempo integral requer uma formação mais completa possível para o indivíduo, no cenário atual em que a escola pública está inserida, não é difícil argumentar que ainda temos um longo caminho a percorrer por uma educação de qualidade, principalmente falando em educação que envolve a atuação da criança na escola o dia todo. Sendo assim, a escola assume papéis ainda maiores e desafiadores, pois se torna cada vez mais necessário um trabalho articulado, coordenado e de responsabilidade e garantias.

Conferindo tarefas a educadores que não lhes competiam há algum tempo atrás, porém primordialmente referindo-nos ao Programa Mais Educação, percebemos que muitos dos Educadores presentes nesta perspectiva são poucos que possuem sua formação superior, principalmente em se tratando nas disciplinas/oficinas como são conhecidas de recreação e desportivas, pois muitos dos ministrantes de oficinas só possuem o ensino médio, sendo pouco atrativo a bolsa oferecido pelo Programa, assim como muitas vezes sua estrutura, tornando mais frágil a relação entre a escola e a ideologia da Educação Integral. E para os professores formados, torna-se pouco atrativo o manejo nesta perspectiva, pois seria não apenas assumir uma sala de aula, mas uma educação em tempo integral.

Muitas escolas brasileiras já oferecem a opção do período integral, um alívio para os pais, que cada vez mais precisam trabalhar o dia todo e não conseguem dar o suporte que os filhos precisam para serem bem sucedidos nos estudos. Acredita-se que os alunos, passando mais tempo na escola, têm a possibilidade de receber um apoio pedagógico, orientação educacional e usufruir de toda a estrutura da escola. (Fernandes e Ferreira, 2010, p.2)

A Educação Integral requer que o educando permaneça na escola além do tempo de aula, onde deve se produzir as mais diversas atividades. Esta educação possui um caráter preventivo e formador, numa força educativa de experimentar, vivenciar uma ordem, uma organização social que prevaleça uma educação transformadora.

Trazer estas crianças e adolescentes para o convívio escolar é buscar propor soluções para que muitos não estejam ociosos, é entender que a concepção social, do trabalho, da cultura, do adulto e da criança, das relações entre as classes, e se estes educandos não estiverem na escola onde estariam, fazendo quais atividades, tendo em vista que muitos passam o dia quase todo sozinho sem aquele responsável para orientá-los, porém é necessário perceber que os espaços para desenvolver as educação integral deve possuir estruturas para humanizar e trazer dignidade a estes indivíduos e nesta perspectiva que as políticas públicas devem assumir se papel nas mais diversas instâncias.

5.2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUAS ORIGENS

O Programa Mais Educação surge como uma forma de garantir mais tempo de crianças e adolescente na escola, lugar este visto como um dos formadores de formação cidadã, como ação inserida no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), faz parte de uma política de governo que assume objetivos amplos, condicionando o desenvolvimento nacional a uma educação que seja “eixo estruturante da ação do Estado”, visando a “[...] erradicação da pobreza e marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas discriminação” (BRASIL, 2007a, p. 6, grifo nosso). Por sua vez, conforme a Portaria Ministerial 17/2006, o Mais Educação tem por objetivo:

[...] contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007e, p.28).

A oferta desses programas em tempo integral com foco no Programa Mais Educação sugeriu a edificação coletiva de “concepção contemporânea de Educação Integral” para escola pública brasileira. Como dever e consciente de seu papel em garantir uma educação que permita o indivíduo acender-se como sujeitos de direitos o Ministério da Educação publicou um conjunto de documentos através dos quais vêm sendo difundidos os princípios e fundamentos para a elaboração do projeto político-pedagógico, da proposta curricular e do modelo de gestão que deve rege qualquer escola. São estes: a Portaria Interministerial nº 17/2006; Programa Mais Educação – Gestão Intersetorial no Território. Brasília – DF (BRASIL, 2009b); Educação Integral – Texto Referência para o Debate Nacional. Brasília - DF (BRASIL, 2009c); Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos Conforme a análise dos documentos oficiais, a decisão de retomar o ideal da Educação Integral no Brasil é contemporânea aos esforços do Estado para a oferta de políticas redistributivas de combate à pobreza, porém como vimos é uma ideologia surgida a tempos atrás, que sempre buscou a melhoria da educação pública neste país. Como enfrentamento as situações de “vulnerabilidade e risco social” a escola assume papéis além do que lhes compete se formos pensar na estruturação da educação hoje em nosso país que é de “proteger” e “educar” crianças, adolescentes e jovens por ela recebidos:

Nesse duplo desafio – educação/proteção – no contexto de uma “Educação Integral em Tempo Integral” ampliam-se as possibilidades de atendimento, cabendo à escola assumir uma abrangência que para uns, a desfigura e, para outros, a consolida como espaço realmente democrático. Nesse sentido, a escola pública passa a incorporar um conjunto de responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico. (BRASIL, 2009c, p.17).

Nesta perspectiva o Programa Mais Educação trouxe para à escola responsabilidades com finalidades, as quais se destacam:

[...] “a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar”; combater “evasão escolar, a reprovação e a distorção idade/série”; promover o “atendimento educacional especializado” às crianças com “necessidades educacionais especiais”; prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens; promover a formação da “sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas”; estimular as práticas corporais, educacionais e de lazer; “promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades” e; “prestar assistência técnica e conceitual aos entes

federados” com vistas à operacionalização da portaria que implementa o programa (BRASIL, 2007c, p.22).

O Programa Mais Educação traz como conceito em sua estruturação uma conduta na qual se manifesta de “formação mais completa possível” para o ser humano, “[...] embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de “formação completa” e, muito menos, sobre quais os pressupostos e metodologias a constituiriam” (BRASIL, 2009d, p.16). Porém, neste mesmo documento, há de forma bastante atual do que se espera hoje de uma educação que promova a equidade nas mais diferentes esferas educacionais, buscando garantir educação para vida “[...] diferenças, segundo o pertencimento étnico, a consciência de gênero, a orientação sexual, as idades e as origens geográficas” (BRASIL, 2009c, p. 10).

Nas últimas décadas houve uma consciência social do direito à educação e a escola entre os setores populares, crescendo também a consciência de que o tempo de escola em nosso país é muito curto. Elevando assim a consciência política de que ao Estado e aos governos cabe o dever de garantir mais tempo de formação, assim como tempo-espacos escolar de seu viver, de socialização e construção de cidadania.

Ainda sobre o contexto das políticas públicas o documento fundamentado nos Dados Internacionais Catalogação na Publicação (CIP) sobre Tendências para a educação integral da Fundação Itáu Social – CENPEC, 2011, traz um panorama muito interessante de como a agenda política vem absorvente e desenvolvendo a lógica da educação integral, observe abaixo as preposições estabelecidas por este documento a seguir:

a) Jornada diária escolar

Este ponto apresentado pelo documento descreve o que já sancionado por lei: A jornada escolar diária do ensino básico no país é ainda bastante baixa, de cerca de 4 horas. É preciso chegar a uma jornada diária de 7 horas (proposta pela LDB) para obter tempo satisfatório no desenvolvimento do conjunto de aprendizagens exigidas pelos próprios parâmetros curriculares nacionais. Nos países que avançaram na educação, a jornada escolar já alcança esta duração. O tempo é fator crucial para que as crianças se envolvam nas tarefas de aprendizagem. Estudiosos dessa questão diferenciam três tipos de tempo utilizados na aprendizagem escolar: o primeiro refere-se ao número total de dias e horas do calendário escolar, o que inclui tempos instrucionais e não instrucionais como os recreios; o segundo tipo

diz respeito ao tempo de classe dedicado especificamente ao estudo ou à tarefa, descontado o tempo que se emprega para passar a lista de chamada, distribuir materiais etc.; o terceiro tipo se refere ao tempo comprometido com o estudo autônomo (por exemplo, na “tarefa de casa”), aos períodos em que o aluno se concentra em materiais que não domina totalmente. (p. 26)

b) Turno e contraturno

Neste ponto aborda os turnos na escola de forma integral, para permitir uma organização melhor: Estamos expandindo o tempo escolar e as oportunidades de aprendizagem pela via da configuração turno e contraturno. Novamente cabe destacar que um turno complementar é importante para enriquecer a aprendizagem; no entanto, a existência por si só de um turno complementar não significa educação integral. Torna-se fundamental a integração do currículo costumeiramente fragmentado entre regular e expandido. A denominação e a prática do turno e contraturno ainda espelham essa fragmentação. Nesse sentido, é preciso manter em perspectiva a intencionalidade pedagógica, para que o conjunto das atividades desenvolvidas dialogue com o currículo escolar e corresponda à formação integral pretendida. Assim, deve-se ter em vista o que se ensina /o que se aprende no tempo expandido e como gerir pedagogicamente esse tempo. Em síntese: integralidade significa, em essência, não fragmentação; educação integral significar pensar a aprendizagem por inteiro; as inter-relações entre atividades e propósitos precisam ser otimizadas e valoradas com base no currículo, no projeto político pedagógico, numa clara intencionalidade pedagógica, que tenha a formação do sujeito e do seu direito de aprender como o grande ponto de chegada, (p. 27).

c) Educação integral não é reforço escolar, embora este deva ser incluído.

Esta observação realizada pelo estudo é muito importante, pois se faz necessário entender que a educação integral, envolve elementos no desenvolvimento humano que vão além da leitura e escrita convencional: Muitas escolas e sistemas de ensino estão implementando programas complementares de recuperação da aprendizagem, ou correção de fluxo, estudos dirigidos para alunos com

dificuldades de aprendizagem. Esses programas são necessários, mas não refletem uma educação integral destinada a todos os alunos independentemente de suas deficiências de aprendizagem ou de renda (como ocorre no caso do privilégio a alunos cujas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família). Não refletem tampouco o sentido abrangente da educação integral que age sobre as múltiplas dimensões da formação humana (p.27).

d) Intencionalidade pedagógica.

Acentua que a educação deve ser desenvolvida de forma integral e plena, levando em considerações suas diversidades e contextos únicos: Educar integralmente significa pensar a aprendizagem por inteiro. A intencionalidade político-pedagógica firma o olhar, o rumo, o caminho e os resultados que se quer imprimir na educação de crianças e adolescentes. É com essa intencionalidade que se mobiliza e costura a oferta de experiências capazes de desenvolver habilidades cognitivas e intelectuais, afetivas, físicas, éticas e sociais. É cada vez mais necessário firmar a importância do projeto político-pedagógico no qual a intencionalidade e o modo de desenvolvê-lo estejam claramente definidos – os arranjos curriculares necessários, a seleção de experiências e aprendizagens a serem desenvolvidas para alunos concretos, situados em um dado território, com demandas, interesses e repertórios culturais que devem ser reconhecidos (p.28).

e) A variedade e diversidade de campos do conhecimento não significa um “pot-pourri” de atividades.

Neste outro ponto percebemos que a pesquisa assenta o quanto o direcionamento e os campos de conhecimentos devem estar articulados, sem perder suas especificidades: A educação integral não se faz sem o consórcio de vários agentes, saberes e espaços de interação e experimentação. A educação integral re-editada para este nosso tempo considera a cidade como território educador, propondo a exploração de novos itinerários na ação educativa; coloca em diálogo os muitos saberes produzidos socialmente, mediados pelas questões contemporâneas. Produz aproximação e integração entre os diversos campos do conhecimento (artístico, linguístico, científico, ético, físico) articulados às vivências na escola, na família e na comunidade. Mas é importante perceber que a variedade e diversidade de

campos de conhecimento não significa um “pot-pourri” de atividades e exige bem mais do que costuras entre esses campos. Assim, a educação integral impõe mediações e compartilhamento entre diversos atores, instituições e territórios de vida, buscando a circulação de saberes e vivências nos espaços educativos (p. 28).

f) Contexto cultural e educacional.

Em relação ao contexto o documento aborda a relação de uma educação que é desenvolvida nos mais diversos ambientes, assim como seus protagonistas: A educação é um processo social que diz respeito a todos e não apenas à escola. Implica a produção de pontes entre os diferentes tempos e espaços de produção do conhecimento; entre o passado e o presente; entre o local e o global; entre o legado da humanidade e os saberes da comunidade em que se vive. Neste movimento está contida a ampliação de repertórios e a formação de sujeitos ancorada na valorização da diversidade cultural. Ao dar voz a múltiplos grupos sociais, diferentes etnias e distintas representações, ao dar espaço a variados modos de saber e fazer, a educação estará exercendo o que se espera dela para o século XXI. O papel da cultura, dos diferentes saberes e valores no desenvolvimento humano é inquestionável, porém traz alguns dilemas. Um deles é a relação entre a velocidade das mudanças, marca da contemporaneidade, e a preservação do legado da humanidade. Vivemos em uma sociedade complexa e multifacetada. Tudo corre simultaneamente e se esvai por artérias globais e locais. Os processos de globalização da economia, da informação, da política e da cultura varreram fronteiras, tornando o mundo uma aldeia. É uma sociedade ao mesmo tempo de escassez e de abundância, condição que sustenta enormes desigualdades sociais. É uma sociedade de forte apelo ao consumo de massa, que sobrepõe o desejo à necessidade. Ganha significado para os indivíduos o presente, o imediato, e não o mediato; o micro discurso e não mais teleologias sociais (p. 29).

g) Família e comunidade, capital sociocultural a serviço da educação integral.

Este é um dos pontos que se faz cada vez mais necessário entender a importância da família, da comunidade e assim os vários setores que integram a educação integral: A educação tem como perspectiva revelar e afirmar potências educadoras e desejos da população. As comunidades trazem um capital social e cultural que é

impossível descartar na aprendizagem de crianças e adolescentes. Famílias e comunidades clamam por serem reconhecidas por suas potências, seus saberes, sua voz.

Parte-se do princípio de que é preciso que a vida em família e a vida escolar sejam irrigadas por relações com as comunidades, os territórios, a cidade. Só assim a educação integral será capaz de reconhecer e valer-se do capital social e cultural que famílias e comunidades possuem. O maior dilema das atuais sociedades, fortemente urbanizadas, é que a distribuição espacial das populações nas cidades marca as desigualdades sociais; gera relações guetificadas nos territórios que habitam, o que pode acarretar isolamento social. O Estado, pela via de suas instituições e serviços, deve buscar estratégias de ação que ampliem os aportes culturais e fortaleçam a circulação e apropriação da cidade no seu todo, reduzindo os riscos do isolamento social. Este é um dos compromissos da educação integral (p. 31).

h) Organizações comunitárias e educação integral: uma parceria necessária.

Retrata o quanto as parcerias e programas de forma articuladas, podem desenvolver um trabalho na melhoria educacional e social, surgindo da interação popular, educacional e governamental: Muitos projetos socioeducativos nasceram nas comunidades brasileiras por iniciativa da sociedade e não pelas mãos do Estado, como forma de complementar as aprendizagens ofertadas pela escola a crianças e adolescentes pobres. Tais projetos continuam a existir, muitos deles integrados às redes sociais do território. Expandem-se como políticas da comunidade e são promovidos por organizações da sociedade civil local que, em parceria com a Prefeitura, as igrejas, empresas e membros da comunidade, oferecem oportunidades de aprendizagem e proteção a suas crianças e jovens. Os territórios em que estão instalados, em sua maioria, contam com poucas oportunidades e serviços destinados à proteção, educação e lazer de crianças, adolescentes e jovens.

Tendo surgido nas comunidades e adentrado o Estado pela porta das políticas de assistência social ou da cultura, tais iniciativas não eram reconhecidas como

projetos educacionais. As alianças e parcerias de complementaridade com a escola, quando ocorrem, têm origem no próprio interesse de cada escola ou ONG, não sendo costuradas e assumidas como política pública da cidade. A demanda hoje é por articulação e combinação de saberes e práticas que estão na escola, na família, nos projetos socioeducativos do território e da cidade. A capacidade de articular e agir em conjunto exige um novo valor: o do compartilhamento entre programas que estão na escola e no território; nos agentes da escola e também nos agentes da comunidade e dos demais serviços públicos. O compartilhar potencializa o agir, arranca cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora, totalizante incluyente (p. 32 e 33).

i) Por que uma perspectiva multissetorial na implementação da educação integral?

É preciso entender que na sociedade atual e suas demandas requer uma educação multidisciplinar, assim como os variados setores para o desenvolvimento do sujeito integral, levando para os mais variados setores: Para a sociedade em que nos toca viver, uma política de educação fechada em si mesma perdeu seu sentido transformador. A educação tem presença e investimento em outras políticas setoriais (cultura, esporte, assistência social, meio ambiente...). Ela ganha efetividade quando integrada a um projeto totalizador da política social. Estamos vivendo um tempo histórico em que os valores sociopolíticos presentes na sociedade pressionam pela introdução de novos arranjos e desenhos intersetoriais na condução da política pública:

- Desejam-se políticas fundamentadas na lógica da cidadania, mas com clara direção em favor de ações integradas em torno do cidadão e do território como eixos de um desenvolvimento sustentável. Por isso mesmo, surgem os arranjos multi e intersetoriais destinados a ofertar atenção integral e produzir maior efetividade nos resultados da ação pública.
- Territorialização dos serviços e abertura a participação e construção coletiva pelos seus habitantes. Há o desejo de que os serviços alocados no território valorizem suas populações como portadoras de identidades, saberes, experiências e projetos de futuro; que a cultura e os saberes da população adentrem os espaços públicos dialogando com os saberes dos serviços. Desejam-se serviços públicos

comprometidos em recuperar a confiança social nação públicos.

- Os serviços públicos localizados num mesmo território precisam construir em conjunto e, com seus moradores, as prioridades de atenção e as metas a serem perseguidas. O objetivo é que esses serviços ganhem propósitos comuns pactuados com as comunidades territoriais, e possam desencadear não mais ações isoladas e paralelas, mas articuladas. Desse modo, pode-se questionar se a educação integral, como nova prioridade na agenda pública, deve ser processada enquanto medida multissetorial ou circunscrita à política setorial de educação (p.33).

Diante da relevância e necessidade que a escola, e, em especial a pública possui, a escola em tempo integral apresenta em sua proposta para o melhoramento e enfrentamento a vulnerabilidade que se encontram muitas crianças que frequentam as escolas públicas, como citado anteriormente, buscando tirar da ociosidade das crianças que estudam apenas um horário, assim como do trabalho infantil entre outros, situações que levem a ariscar a vida e inocência, levando-os a permanecer mais tempo na escola. Porém, por outro lado se faz necessário refletirmos e sermos conhecedores da educação brasileira, por isso é necessário pensar sobre o que é ter mais tempo da mesma escola, quando geralmente a escola apresenta determinadas mazelas que são históricas:

Uma forma de perder seu significado político será limitar-nos a oferecer mais tempo da mesma escola, ou mais um turno – turno extra-, ou mais educação do mesmo tipo de educação. Uma dose a mais para garantir a visão tradicional do direito à escolarização. Se pararmos aí, estaremos perdendo a rica oportunidade de mudar o nosso sistema escolar, por tradição tão gradeado, rígido e segregado, sobretudo dos setores populares. Se um turno já é tão pesado para tantos milhões de crianças e adolescentes condenados a opressivas reprovações, repetências, evasões, voltas e para tão extensos deveres de casa, mais uma dose do mesmo será insuportável (O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. (ARROYO, 1988, p. 33).

Nesta direção é preciso ressaltar que as escolas que promovem o Programa Mais Educação possuem como referência para participarem o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDB) visando a melhoria da Educação Brasileira, as escolas que possuem o programa recebem estes recursos:

Recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal, conforme Resolução do MEC/FNDE relativa à transferência de recursos no âmbito do Programa. Em relação ao Financiamento, a liberação dos recursos está condicionada à assinatura do termo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pelo Estado ou Município, conforme o Decreto Nº 6.094 de 24/04/07 e, à disponibilização dos recursos, é feita através do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

(FUNDEB) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Na verdade, este modelo replica os termos da proposta de operacionalização do PDE/Programa Compromissos e Metas Todos pela Educação. (BRASIL, 2009, p. 30).

Sendo assim, fica evidente que possuir o programa é também uma forma de firmar o compromisso com a educação e o PDDE que auxilia na manutenção e gasto do programa acompanhando e construindo o compromisso com as metas pela educação.

6 ANALISANDO O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POLITICAS PÚBLICAS

Ao analisarmos o conceito de Educação Integral presente no *Mais Educação*, sobretudo no que se refere à compreensão da relação entre cultura e política, a perspectiva intercultural, fundada nos estudos culturais, é marcada por um reducionismo de variedade culturalista que subordina a política à cultura, dando centralidade às “diferenças culturais”, através da forte influência do pensamento pós-moderno.

Este tipo de educação se fundamenta nos quatro pilares da educação, estando presente do que se espera para a educação brasileira do século XXI, são estes pilares o primeiro se refere aprender a conhecer que significa dominar os instrumentos do conhecimento, o desenvolvimento do desejo e das capacidades de aprender a aprender. O desenvolvimento de habilidade a aprender a conhecer que significa dominar os instrumentos do conhecimento, o desenvolvimento do desejo e das capacidades de aprender a aprender. O desenvolvimento de habilidades cognitivas e a compreensão do mundo que o cerca.

O segundo pilar é aprender a fazer. Conhecer e fazer, segundo o relatório, são indissociáveis. O segundo é consequência do primeiro. Aprender a fazer implica no desenvolvimento de competências que envolvem experiências sociais e de trabalho diversas que possibilitem às pessoas enfrentar, de forma mais autêntica, às diversas situações e a um melhor desempenho no trabalho em grupo.

O terceiro pilar é aprender a viver junto, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, no sentido de realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos.

O quarto pilar é aprender a ser. A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, isto é, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade possibilitando ao mesmo, um potencial significativo que permita-lhe um pensamento reflexivo e crítico. Neste pilar, cabe à educação, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento e discernimento para que os mesmos sejam capazes de construir a sua própria história com bastante dignidade.

Fundamentados nos quatro pilares, podemos pensar em uma escola com espaço de interação, de participação e de articulação entre os segmentos, buscando sempre o respeito mútuo, a criatividade, o construtivismo, a solidariedade, a cidadania, desenvolvendo habilidades que levem os alunos a serem agentes do seu próprio saber e construtores de novos horizontes que possibilite uma vida mais felicitades cognitivas e a compreensão do mundo que o cerca.

Consideramos que o *Mais Educação* se fundamental em um *neoescolanovismo* (SAVIANI, 2011), como o renascimento da pedagogia do “aprender a aprender” no contexto da chamada “sociedade do conhecimento”, de desemprego estrutural, instabilidade e precarização do trabalho, de “incertezas” resultantes das políticas neoliberais de redução do Estado e da reestruturação produtiva na direção do “capitalismo flexível”. Neste horizonte, o “aprender a aprender” está relacionado com “[...] a necessidade constante de atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade” (SAVIANI, 2011, p.423). Essa nova visão foi propagada amplamente na década de 1990 pela sua forte presença no *Relatório Jacques Delors* publicado pela Unesco em 1996. No Brasil, foi publicado em 1998, com a apresentação do então Ministro da Educação Paulo Renato Costa Souza. No relatório intitulado “*Educação: um tesouro a descobrir*”¹, “afirma-se a exigência de uma educação ao longo da vida para responder ao desafio de um mundo em rápida transformação” (DELORS, 2006, p. 13).

A análise da *gestão* do Programa *Mais Educação* pressupõe o desvelamento dos fundamentos da sua lógica política que são fornecidas integralmente pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ou seja, a *gestão intersetorial* do *Mais Educação* não é uma invenção isolada em si mesma, mas possuem nexos profundos com a lógica política imposta pelo PDE e deste com as novas formas de organização empresarial. O PDE foi lançado oficialmente em abril de 2007, pelo Ministério da Educação, tendo como principal

¹ Os conceitos dos quatro pilares foram fundamentados em 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia, na Conferência Nacional sobre Educação, patrocinada pela Unesco. Editado em 1999, o relatório foi transformado no texto "Educação: um tesouro a descobrir".

objetivo melhorar a qualidade da educação no Brasil, a partir da implantação de uma visão sistêmica de gestão. Conforme afirmou o próprio Presidente Lula no ato de lançamento, o PDE teria o mesmo valor do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC): “o PAC e o PDE são anéis de uma mesma corrente para construção de um novo Brasil”.

É nesta interpretação que se faz necessário entender as relações entre o indivíduo, à sociedade e o Estado como forma direta com as formas de se definir as prioridades e justiça para o avanço nas políticas públicas para garantir o direito e a cidadania de forma justa. Por isso este conceito fundamenta hoje segundo Santos (2009) “a avaliação ética e política das relações Estado-sociedade, se refere não a coisas, mas à distribuição de benefícios e custos entre os membros de uma dada comunidade”.

As penúrias de uma sociedade como a nossa são várias, porém de um modo geral toda sociedade já viveu ou vive sempre se ajustando, criando e reformulando estratégias para desenvolver as aptidões presente em seu povo, fazendo-se pertinente estabelecer serviços públicos de qualidade, por isso o Estado do Bem- Estar Social é fundamental na proteção social de todos os cidadãos, diante disto Santos (2009) retrata da seguinte maneira o termo “proteção social na regulação e patrocínio nos sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego”.

De uma forma geral sobre o Programa Mais Educação percebemos que a educação é uma das prioridades ou pelo menos deve ser, principalmente para as políticas públicas brasileiras. Sobre este modo de se perceber a educação é possível destacar que muitas vezes são incorporadas nos “jeitinhos”, ressaltado no conceito de formalismo recebendo tratamento posterior na sociologia brasileiro, ou seja:

Ocorre quando a determinação que impossibilitaria ou dificultaria a ação pretendida por uma determinada pessoa é reinterpretada pelo responsável por seu cumprimento, que passa a priorizar a peculiaridade da situação e permite o não cumprimento da determinação, fazendo assim com que a pessoa atinja seu objetivo. Logo jeitinho implica no esforço de desbordar diretrizes da estrutura, reinterpretando-as segundo necessidades específicas. (Motta e Alcadipani, 1999, p. 49.)

7 METODOLOGIA

Diante da necessidade e o papel que a educação assumiu o espaço escolar tornou-se um lugar privilegiado para desencadear reflexões junto aos/as alunos/as e aos/as profissionais que nele atuam, possibilitando a construção de uma prática na qual a educação seja fomentada. O estudo/pesquisa de forma qualitativa busca identificar através do questionário como está ocorrendo em termos estruturais e pedagógicos as oficinas realizadas no Programa Mais Educação, através de perguntas abertas e fechadas.

É imprescindível que os/as profissionais que estão direta ou indiretamente ligados/as com essas crianças/adolescentes promovam oportunidades para uma educação cidadã completas. Até mesmo porque percebemos que com as inópias o contexto escolar mudou para que crianças e adolescentes permaneçam mais tempo na escola fora da zona de conflito, possibilitando oportunidades de inserção nos mais diversos espaços da sociedade. Nesse sentido, fazemos a seguinte questão: como a Educação Integral nesta configuração do Programa Mais Educação está ajudando no processo de formação de crianças e adolescente, e se contempla de fato a ideologia, assim como os profissionais que atuam nesta área são tratados?. Diante destas ações as atividades humanas necessitam serem avaliados para que assim o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma significativa, acordo com o autor:

Todas as atividades humanas precisam ser sempre avaliadas, pois elas não se determinam de forma mecânica, automática. Sendo atividades intencionais, ou seja, ganham seu sentido de uma opção valorativa da própria pessoa, elas precisam ser constantemente observadas, acompanhadas e ter seus resultados devidamente analisados, buscando-se sempre aquilatar até que ponto sua realização está se adequando a suas finalidades(Severino, p. 28, 2008).

Este estudo/pesquisa corrobora com uma reflexão sobre como está acontecendo a Educação Integral, com foco no Programa Mais Educação, partindo da ideologia que se é pensada a educação que busca privilegiar crianças em situações de riscos, assim como possibilitá-las a conhecer outros universos, mas também como a estrutura que compõe o programa vem favorecendo didaticamente e profissionalmente os educadores que atuam nesta proposta. Nesse sentido buscamos ressaltar as adversidades encontradas neste programa para aqueles que atuam. Neste sentido a pesquisa realizada aponta para a qualitativa, que segundo (GIL, 1991, p. 3), descreve da seguinte maneira:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer os uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Este estudo, como mencionado anteriormente, objetiva fomentar uma reflexão sobre a qual a prioridade é trazer crianças e adolescente para a escola em tempo integral, permitindo as mais variadas atividades na propiciação do lazer e aprendizagem cidadão e intelectual. Sendo assim, nos questionaremos, sobre o que é Educação Integral na perspectiva do Programa Mais Educação?, Como está acontecendo?, E Seus espaços estão adequados tanto fisicamente quanto intelectualmente?.

Lembrando que os participantes deste programa estão situados da seguinte maneira, descrita pelo (**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)** , p. 41, 2011):

Para promover a integração curricular e as muitas articulações entre escolas, instituições e espaços do entorno, um novo perfil profissional está entrando em cena nas escolas. Misto de coordenador pedagógico, diretor e articulador das relações com a comunidade, com atribuições que vão desde o planejamento das atividades, à gestão de tempos, espaços, profissionais e grupos de alunos, este profissional, também chamado de “professor comunitário”, vem sendo selecionado com base em sua proximidade com a comunidade e vínculo com a rede pública. Sua carga horária quase sempre atinge 40 horas semanais, frequentemente divididas em dois blocos: 20 horas dedicadas à sala de aula e 20 horas à gestão das atividades, o que na maioria dos relatos tem dificultado a integração almejada das atividades de educação integral. Além dos docentes e do professor comunitário, “oficineiros”, monitores e educadores sociais também passam a integrar o grupo escola, participando cotidianamente de sua rotina de atividades.

Por isso, o grupo de oficinairos e coordenador do Programa Mais Educação foi escolhido para realizar a pesquisa, através de um questionário com o ministrante de oficinas e coordenador de uma escola da rede pública do município de João Pessoa-PB, composta por 7 ministrante de oficinas das seguintes áreas: Campos do Conhecimento, Matemática, Jornal, Matemática, Recreação, Letramento e Judô, e 1 coordenadora. O questionário era aberto e foi realizado no início de março de 2015.

Nos últimos anos é perceptível em nosso país observando no país uma expansão na adesão e aceleração da educação integral. A aderência extensiva da educação integral por municípios,

escolas e organizações permite identificar uma quebra de paradigmas vigorantes no desenvolvimento da educação pública no país. Com a integração a educação integral há novas oportunidades de aprendizagem para alunos, assim como para as escolas que estão rompendo seu crepúsculo, unindo-se a outros espaços.

Através deste novo processo, há uma produção na (re) estruturação do fazer curriculares que visam diminuir a quebra e tecer uma conexão entre o currículo regular e os conhecimentos transversais. A educação e seus agentes buscam contrapor-se a forte setorização na direção da política educacional, sendo seus protagonistas na ação intersetorial e interinstitucional. As políticas de cultura e esporte, entre outras, vem realizando e ampliando as oportunidades culturais e lúdicas para a população infanto juvenil, buscando parcerias com organizações da sociedade civil, para que assim o desenvolvimento integral seja realizada.

Este estudo está inserido na pesquisa de campo, ou seja, foi realizado um questionário que procurava entender a configuração do Programa Mais Educação através de questões abertas que abordavam as questões estruturais, profissionais e pedagógicas que regem a ideologia da Educação Integral. Buscando ressaltar como ocorre o processo deste modelo de educação na escola pesquisada, como estes profissionais estão desenvolvendo suas práticas, assim como as políticas públicas voltadas para a Educação do Tempo Integral estão se articulando para desenvolver este programa que busca ser o modelo da educação brasileira como prioridade para uma educação de qualidade.

Apresentamos abaixo o cronograma das atividades realizadas na pesquisa.

| Cronograma | | | | | | |
|-------------------------|---------|----------|----------|---------|-----------|-------|
| Atividades | 2014 | | | 2015 | | |
| | Outubro | Novembro | Dezembro | Janeiro | Fevereiro | Março |
| Elaboração do Projeto | X | | | | | |
| Pesquisa Bibliográfica | X | X | X | X | X | X |
| Construção das Técnicas | | | X | X | X | |
| Coleta dos dados | | | | | X | |
| Descrição: Tratamento | | | | | X | X |
| Descrição: Análise | | | | | X | X |

| | | | | | | |
|------------------------|--|--|--|--|---|---|
| | | | | | | |
| Análise interpretativa | | | | | X | X |
| Conclusão | | | | | X | X |

Nome: Cronograma das atividades realizadas na pesquisa

Fonte: Os autores

8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir da discussão estabelecida sobre Educação Integral, com foco no Programa Mais Educação, foi elaborado um questionário que abordasse as maiores implicações em se desenvolver este tipo de educação, através das respostas dos entrevistados, foram-se elaborando pareceres para buscar entender o processo em que está inserida esta proposta.

Diante dos questionários aplicados com os ministrantes das oficinas e coordenador de uma Escola Municipal de João Pessoa, foi possível constatar que o grau de instrução da maioria destes profissionais é superior, possuindo a graduação ou estão cursando, mas na oficina de judô que o ministrante da oficina não possui graduação, todos os outros são formados ou estão se formando em Matemática, Pedagogia e Serviço Social.

A questão relatada neste momento abordou sobre a estrutura do Programa, neste caso se atendiam as necessidades básicas como salas, banheiros e lazer. As respostas dos ministrantes das oficinas se pautaram quase que de forma absoluta que não atendiam, pois as oficinas aconteciam muitas vezes em locais improvisados, estando ou se caracterizando como algo a parte da escola, como se estes alunos e ministrantes não pertencessem à escola, mesmo que é necessário salientar é o próprio aluno do turno oposto, porém isso não é apenas o tratamento em relação à distância desses locais, mas a visão de alguns membros da própria escola.

Em relação ainda sobre a estrutura, os banheiros também não atende as necessidades, pois a escola não se estruturou para isso, não havendo banheiros suficientes para um banho, que não acontece, pois não existem funcionários suficientes para dar suportes, nem espaços e materiais básicos para este tipo de higiene, afinal se estes alunos passa o dia todo seria interessante ter este momento também, é verdade que o que ainda dar suporte para a permanência para estas crianças e adolescentes são as questões relacionadas à alimentação,

pois o almoço de fato é o que é oferecido, uma outra discussão que é feita é fato de muitos alunos segundo os próprios ministrante que os alunos que moram próximo poderem ir em casa tomar banho e depois voltarem.

Mas diante do exposto é necessário refletir, se muitos desses alunos estão no Programa até como uma forma de preservação das possíveis violências e vulnerabilidades que estão inseridos, deixa-los ir para casa quando supostamente não haveria ninguém ou o deixaria “livre” nestas circunstâncias talvez não fosse o ideal, é fato que muitos ministrantes das oficinas expõem que também não há um lugar adequado para o lazer e o descanso para que estes educandos pudessem esperar as aulas regulares ou as oficinas.

Percebemos que neste ponto abordamos as escolas que participam do Programa Mais Educação na perspectiva de uma Educação Integral, não atendem, nesta questão, as necessidades estruturais do modelo pensado e previsto para a Educação em Tempo integral, pois se os alunos não conseguem minimamente ter certo conforto e momentos que o proporcione partir para um segundo turno de forma menos cansativo, que estariam associados as questões estruturais, pois também é importante além da quantidade de alunos que são atendidos a qualidade desse atendimento, estão se tornando necessário, salas adequadas, banheiros e momentos de lazer.

Desta forma o programa neste aspecto mostra como os termos estruturas necessitam se adequarem e se moldarem para as conjunturas de atender com qualidade e que os serviços públicos necessitam assumir suas responsabilidades diante da educação, pois se as estruturas não estão adequadas houve em algum momento empasses que trouxe a falha das políticas públicas, que cometeu equívocos na hora de implementá-las e coloca-las como um possível “modelo de educação integral”, seja em fiscalizar, ou em cobrar para que isso fosse solucionado, afinal a proposta está divergente da realidade vivida neste tipo de educação, pois pelo que foi possível entender a proposta da Educação integral, assim como sua implementação não surgiu desde século, na realidade é um assunto abordado e até realizado no século passado.

Outro ponto abordado no questionário foi sobre os materiais fornecidos pelo Programa Mais Educação, se estes estariam adequados para a proposta das oficinas ministradas, as respostas dadas concordam em parte sim, que não seria o suficiente, porém todo material que estivesse na escola destinado ao Programa poderia ser usado, mas estes materiais nunca era o

suficiente nem o ideal para as oficinas desenvolvidas, reconhecendo que muitas vezes faltavam materiais básicos como folhas de papel, o que dificultava o andamento das oficinas.

Esta questão abordada mostra que materiais ainda é algo que necessita melhorar, pois a escola não possui problema em disponibilizar, porém como fazer isso se a própria escola não possui, faltando até o básico, o que dificulta o processo, afinal se faz necessário para dar andamentos as atividades realizadas. Também se faz necessário salientar, que no início do Programa a verba vinha direto do Ministério da Educação para os coordenadores, a partir de um dois anos isso mudou, as prefeituras assumiram este papel de receber, pois entendem que como a proposta é transformar toda escola em tempo integral, se fara necessário o município assumir este papel, porém isso não facilitou muito diante do exposto, pois se ainda falta o básico, se faz necessário cobrar dos responsáveis.

Nesta mesma indagação além dos materiais um dos ministrantes das oficinas colocaram que a indisciplina é algo que atrapalha muito na hora de desenvolver as oficinas, gostariam de mais apoio, pois os alunos não levam as oficinas como algo comprometido, como as aulas de regulares que envolvem as disciplinas.

Dando continuidade ao questionário também foram abordados questões relacionadas à opinião dos ministrantes das oficinas e coordenador se a organização das turmas ajudam didaticamente na hora de executar as oficinas e isso ajudaria na aprendizagem dos alunos. Neste ponto os ministrantes das oficinas sem exceção estão de acordo, pois todos responderam que a forma como é dividida as turmas acabam causando confusão, além de não propiciar um enriquecimento para os alunos, pois quando se junta as séries multiseriadas, sem levar em consideração a quantidade e a faixa etária, torna-se mais difícil o trabalho, pois é apenas um ministrante para atender turmas que estarão alunos de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano em turmas que geralmente terão entre 35 alunos ou 40 alunos, de fato o ensino fundamental I ficam juntos que são de 1º ao 4º ano e o ensino fundamental II ficam juntos tais como de 5º ao 9º ano, mesmo assim são várias as necessidades para suprir que necessitariam de uma equipe maior, muitos desses alunos acabam ficando dispersos, ou então acabam se frustrando, pois não conseguem avançar, pois o ministrante acaba por não atender as necessidades da maioria, uma “mistura” que ao invés de ajudar não foca nos pontos essenciais. Ainda foi colocado que estas oficinas devem ser lúdicas e possibilitar maior interação, porém a configuração atual acaba por diminuir estes momentos, pois vários aspectos não favorecem tais como: o número de alunos, o ambiente, o material, a estrutura e

sem um apoio real dos envolvidos, afinal a disciplina também faz parte desta aprendizagem, não pode ser realizada de qualquer maneira.

Neste ponto abordado as oficinas acabam acontecendo de forma eu deixam os ministrantes das oficinas inquietos sobre o que estão realizando, percebendo que não estão atendendo as necessidades dos alunos, e ainda não traz a satisfação da proposta didática elaborada por estes profissionais que buscam uma educação de qualidade, e como se não houvesse um auxílio que venha colaborar com as necessidades e ansiedade desta classe.

Percebemos ainda que não basta apenas manter as crianças na escola, mas se faz necessário uma organização maior e um olhar especial para encontrar soluções que venham atender as demandas de forma a manter a qualidade e realizar uma educação de fato em tempo integral em todos os sentidos.

Outro ponto abordado no questionário, seria o processo de como ocorreu a procura dos ministrantes das oficinas para atuar no programa, o que os levaram para esta área. Alguns responderam pelo fato de estarem desempregados e esta foi a oportunidade que surgiu e neste caso de atuarem na educação foi através do programa, outro pelo fato de adquirir experiência na área e a possibilidade de utilizarem os jogos em sala de aula que traz um enriquecimento profissional e pessoal.

Houve ainda questão relacionada ao valor recebido por esses profissionais, se correspondiam com suas expectativas, pois a concepção do programa é que esta bolsa seria apenas para os custos de passagens e alimentações, porém percebemos que na resposta anterior sobre o que levaram os ministrantes das oficinas participarem do programa fica evidente que seria pelo fato de estarem desempregados, surgindo então a oportunidade de possuírem uma renda, então esta indagação sobre os custos não correspondem a realidade, pois foi destacados pelo entrevistados que o valor recebido é muito pouco e não corresponderiam para esta expectativa, afinal segundo estes profissionais esta bolsa esta longe de ser usada apenas para este fim, vai além disso estando longe de corresponder as necessidades e aflições.

Ainda sobre o valor recebido, se faz necessário esclarecer que o programa tem como justificativa este valor corresponde ao pagamento de pessoas voluntarias, ou seja, não se uma bolsa para custeio de bens de serviços, apenas de auxílio para alimentação e passagem. Quando indagados no questionário se concordavam sobre esta denominação de voluntariados, os entrevistados deixaram bem claro que na prática isso não funciona assim, pois existe todo um processo, pois todos planejam suas oficinas, assim como escrevem relatórios, e ainda assinam frequência, desta forma muitos estão preparados para atuarem como profissionais da área,

sendo de certa forma absurda o termo que assinam de voluntariado, pois de voluntariado só está no papel, pois na atuação passa longe disso, requer envolvimento, disciplina, organização, didática e muitos casos preparação para ministrar de forma correta estas oficinas, afinal à formação ajuda neste processo.

Diante deste panorama que alguns relataram que se fossem mais justos a forma de atuação deste programa, muitos não teriam que ministrar oficinas em mais de uma escola, pois como reafirmaram não estão no papel de voluntariado, mesmo que tenham aceitado assinar este termo, pois sabem que estarão neste espaço até encontrar outro que favoreça ou seja melhor profissionalmente, pois a configuração é injusta e não correspondem com a valorização da Educação Integral.

Sendo assim, percebemos que a situação dos ministrantes das oficinas é injusto e está longe de corresponder as necessidades e nem valorizá-los, com está denominação de voluntariado como vimos anteriormente, e sem necessariamente possuir uma graduação, é difícil imaginar este processo como uma forma de modelo para uma educação de tempo integral, pois qualquer pessoa pode ser educador, porém professor ou professora apenas aqueles que estudaram para isso e continuam nesse processo de formação, então como melhorar a educação e ainda identificar o programa como uma continuidade da educação escolar, se estas pessoas que atuam muitas vezes não entendem o processo de ensino aprendizagem, pois a qualificação faz o diferencial e acaba por construir meios e pessoas pensantes para mudar uma realidade, se de fato é voluntariado não está de acordo com o que se é pensado para a Educação integral, trazendo descrença no modelo e ainda uma rotatividade que acaba por não dar continuidade a um trabalho eficiente.

Diante das pesquisas realizadas é de fato normal que qualquer pessoa que possua o ensino médio completo atuem nestas oficinas, observe o seguinte trecho extraído da obra **(Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) , p. 41,2011):**

A seleção e a contratação desses profissionais são feitas de acordo com o que as escolas têm a sua disposição. Nem sempre são profissionais formados. Podem ser estagiários, estudantes de cursos universitários ou pessoas que tenham algum conhecimento reconhecido pelos membros da comunidade (capoeiristas, músicos, artesãos, entre outros). No caso das atividades relacionadas ao acompanhamento pedagógico (Língua Portuguesa ou Matemática), a recomendação é que sejam formados ou estudantes universitários dessas áreas. Em alguns casos, professores das próprias escolas complementam sua carga horária, ministrando oficinas na jornada ampliada.

Foi solicitada dentro do questionário que os entrevistados avaliassem a denominação do Programa Mais Educação como voluntariada, na questão anterior este termo é explorado, porém a partir desde a intenção é como isso resulta da falta de estímulos de muitos que acreditam nesta proposta. Todos concordam que está denominação desfavorece o trabalho dos que nele atuam, pois da uma ideia segundo um dos ministrantes de “prestação de serviço social de amor [sic]”, trazendo a entender que a forma como é oferecida estas oficinas sejam sem o uso de uma didática, disciplina e planejamento, realizada de qualquer maneira, quando na realidade há toda uma preparação, reuniões que determinam os objetivos e diagnósticos da turma, ou seja, há um planejamento e entrega de relatórios sobre cada oficina ministrada, sendo um trabalho que vai além do voluntariado.

Diante do exposto por estes profissionais, em suas respostas fica evidente que os que atuam devem ter o compromisso e formação para realizar este tipo de trabalho, desta forma o programa acaba sendo para aqueles que buscam executar suas aprendizagens acadêmicas sem atrativos e expectativas positivas.

Ainda em relação a está problemática é ressaltada em suas respostas que o valor pago pelo programa deveria pelo menos estabelece uma relação mais justa, pois se exige algo da qual a própria realidade não coincide com a prática, havendo pelo menos um contrato que afirmasse vínculo, pois o termo assinado não garante a permanência deste ministrante até um determinado período, pois não garantias, deixando o programa volátil, pois através deste contrato pelo menos haveria uma forma de lutar por melhorias e ainda uma valorização mesmo que pequena, tendo uma dedicação maior desses profissionais.

É perceptível que o programa engloba em teoria o modelo de educação em tempo integral, possui leis que fomentam e que acreditam neste tipo de configuração, pensada e idealizada pelos pioneiros da Educação Brasileira, como Anísio Teixeira entre outros que viram neste modelo uma oportunidade de melhorar a educação e a vida dos sujeitos que nele estão inseridos, pois a valorização se faz necessária para que todos acreditem nesta proposta e principalmente naqueles que estão no “chão” da sala de aula, fazendo acontecer.

Outro ponto apontado pelo questionário foi sobre o Programa Mais Educação ser o caminho para chegar ao modelo de Educação Integral, a maioria respondeu que “não”, pois requer investimentos por parte dos poderes públicos, valorização dos profissionais que atuam, assim como subsídios para valorizar esse tipo de educação, deixando vários pontos fragilizados em termos tanto técnicos quanto profissional, necessitando de estrutura física,

material, formação adequada, um acompanhamento pedagógico, assim como fiscalização dos órgãos públicos, para de fato as coisas acontecerem de forma significativa, levando a uma educação de qualidade e integral.

Estas indicações foram apontadas pelos próprios monitores e coordenador do programa, entendendo que há muitos pontos a serem repensados e reinventados, é necessário salientar que mesmo com tantos entraves o programa foi um caminho encontrado para manter crianças e adolescentes na escola, livres de situações que exponha suas vidas e prejudique seu desenvolvimento, permitindo um local pelo menos mais “seguro”, porém é necessário ressaltar que faltam ajustes em vários aspectos e nas propostas desenvolvidas, faltando então uma atuação mais efetiva dos órgãos públicos para transformar e melhorar a educação na consolidação da educação em tempo integral.

Diante das problemáticas expostas é possível entender que o programa está longe de alcançar o esperado para uma educação transformadora, são inúmeras as dificuldades em executar este tipo de proposta, pois faltam recursos e manejos adequados em se tratar os problemas detectados que vem se apresentando, como ficou evidente em outros momentos deste trabalho arrasta por muito tempo em nosso país, a impressão estabelecida pelas respostas dadas pelos participantes desta pesquisa é que as coisas são realizadas de qualquer maneira, como se quantidade fosse o mais importante, que manter crianças e adolescente na escola por si só já seria o suficiente, então nos esqueceremos das propostas educações e dos quatro pilares que regem a nossa educação.

Como expõe (Fernandes e Ferreira, 2006, p. 4), os professores acabam por:

Os professores têm o dever de orientar os alunos, mas nem sempre conseguem dar uma explicação individual para cada um, pois as salas de aula geralmente estão cheias e fica difícil atender separadamente a todos. O período integral pode contribuir no sentido de ajudar o professor nesse atendimento, no horário fora da aula regular, uma pessoa devidamente preparada pode ajudar aqueles alunos que possuem mais dificuldades na aprendizagem e os alunos poderiam assim, sanar suas dúvidas e obter melhores resultados.

A educação integral se faz presente na sociedade brasileira. A expansão de programas de educação integral vem acontecendo no país por vias pragmáticas, deixando escapar as atenções aos significados e intencionalidades que lhe dão sentido, por isso o estudo desenvolvido busca realizar este paralelo entre o Programa Mais Educação. Na qual estas discussões concentram-se nas diversas modalidades, assim como nos programas e nos

serviços que a promovem: educação de tempo integral (ampliação da jornada escolar e permanência do alunado); atividades realizadas no contraturno escolar (buscando atender as necessidades dentro e fora da escola, sob responsabilidade ou não da escola); educação integral como inclusão social; educação integral na perspectiva da proteção de crianças e jovens.

Com a preocupação em desenvolver fundamentos para uma educação de qualidade em tempo integral, e assim clarear iniciativas diversas que trazem resultados à melhoria da aprendizagem nos vários aspectos educacionais, apresentando algumas elevações para reflexão sobre este modelo. . Ainda sobre este modo de conceber as mudanças se faz necessário entender que as dimensões econômicas, políticas, cultural e etc., estão interligadas numa perspectiva que:

Destaca o aspecto da dependência relacionado ao conceito de formalismo que não deve ser entendida como restrita a dimensão econômica, mas envolvendo as dimensões políticas, cultural e etc. (Motta e Alcadipani ,1999, p. 9).

Faz-se necessário, mas do que manter um programa como esse é fazê-lo acontecer de forma justa e democrática, tendo bem clara suas estruturas e objetivos, uma participação maior de todos os envolvidos, principalmente o setor público, que cobra mais na hora de agir não correspondem com as políticas implantadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a Educação Integral ainda necessita avançar em vários aspectos. Como ideologia traz uma proposta de educação que busca incluir os grupos vulneráveis de crianças e adolescentes, lhe possibilitando novos conhecimentos e um local que deve estabelecer regras claras de segurança e cidadania, nas mais diversas atividades. Diante da relevância e necessidade que a escola, e, em especial a pública possui, a escola em tempo integral apresenta em sua proposta para o melhoramento e enfrentamento a vulnerabilidade que se encontram muitas crianças que frequentam as escolas públicas, como citado anteriormente, buscando tirar da ociosidade das crianças que estudam apenas um horário, assim como do trabalho infantil entre outros, situações que levem a ariscar a vida e inocência, levando-os a permanecer mais tempo na escola.

É possível perceber que ainda o Programa Mais Educação mesmo sendo pensado na perspectiva da Educação Integral está longe de absorver e executar os moldes que estruturam a educação em tempo integral, há um longo caminho a percorrer e políticas a serem (re)pensadas, ou seja, atender a sociedade e principalmente as crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades é também lhes fornecer cidadania, respeito e estruturas para que tudo isso seja possível. Neste enredo é necessário pensar em elaborar, discutir e (re)criar estratégias para uma educação de qualidade.

Mas do que pontuar as mazelas encontradas no programa, o desejo maior de todos que estão inseridos neste universo é possibilitar que haja um melhoramento nestes aspectos, uma adequação de algo que já é previsto por lei, mas que não funciona. Emancipar uma sociedade é dar-lhes oportunidades de forma igualitária e humanitária, com visão crítica e construtora do seu próprio saber, por isso, pensar no programa como um meio de deixar apenas para não estarem nas ruas, mas sem ter uma qualidade que os façam crescer intelectualmente nos vários aspectos, e deixar de priorizar por uma sociedade pensante e atuante.

É necessário refletir sobre que tipo de educação está acontecendo em nossas escolas e como o poder público está se preocupando com isso, pois como serviço público cabe-os a fazer acontecer junto a todos que fazem a educação, pois diante da relevância e necessidade que a escola, e, em especial a pública possui, a escola nossa função é facilitar e a permitir que a aprendizagem seja uma extensão progressiva, nos transformando e desenvolvendo nossas sensibilidades e habilidades inerentes ao ser humano.

Perceber que os “jeitinhos” não serão as soluções para resolver as problemáticas da educação do nosso país, pois isso acaba influenciando na cultura de tal maneira que refleti nas mais variadas instâncias da sociedade, sendo necessárias políticas comprometidas não apenas com a elaboração, mas com todo o processo e com resultados realmente transformadores, para formar uma sociedade pensante e crítica.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O Direito ao Tempo Integral**. Cad. Pesq., São Paulo (65): 3 – 10, maio 1988. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/706.pdf> > Acesso: 20 de setembro de 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O direito a tempos-espacos de um jeito justo e digno viver - Caminhos da educação Integral no Brasil**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2880/1893> >. Acesso: 20 de setembro de 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O processo Geral do Saber (A educação popular como saber da comunidade). In __Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 14 – 26.

CENPEC. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil) : **Tendências para a educação integral** . –São Paulo: Fundação Itaú Social 2011 – Vários autores. Disponível em: <http://ww2.itaú.com.br/itausocial2/pdf/ed_integral.pdf> Acesso: 01 de dezembro de 2014.

FERNANDES, Fernanda Oliveira; FERREIRA, José Heleno. **Educação em tempo integral: novos desafios para a educação no Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/revista/files/numero3/n3%201semestre2012/7educacaoemtempointegral.pdf>> Acesso: 01 de dezembro de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB. pag. 112, 2009.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso: 03 de janeiro de 2015.

MACHADO, Laêda Bezerra; SANTIAGO, Eliete. **Políticas e gestão da educação básica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pag. 121, 2009.

MEC, Ministério da Educação. Educação Integral: texto referência para o debate nacional. – Brasília: MEC, Secad, pag. 52, 2009.

MEC, Ministério da Educação. Saiba Mais – Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115 > Acesso: 03 de Janeiro de 2015.

MOREIRA, Orlandil de Lima Moreira; TAVARES, Alexandre da Silva; LIMA, Margareth. **Educação Integral, formação de educadores e universidade: desafios e possibilidades.** Editora UFPB, 2013.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; ALCADIPANI, Rafael. **Jeitinho brasileiro, controle social e competição.** Revista de Administração de Empresas. v. 39, n. 1, jan/mar, 1999.

RUA, Maria das graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB. pag. 130, 2009.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos Santos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC;[Brasília] : CAPES: UAB, pag. 144, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Ensino e Pesquisa docência universitária: caminho para a integração. Universidade de São Paulo – 2008. Disponível em: < http://www.prg.usp.br/wp-content/uploads/antonio_joaquim_severino_cadernos_3.pdf> Acesso: 01 de dezembro de 2014.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida; SILVA, Katharine Nínive Pinto. Eixo Temático 1 – políticas Públicas, Financiamento, Avaliação e Gestão Pública – Programa Mais Educação e Educação Integral no Governo Lul/Dilma: a “hegemonia às avessas”. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JamersonAntoniodeAlmeidadaSilva-ComunicacaoOral-int.pdf>. > Acesso: 15 de dezembro de 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emacipatória?. Cad. Cedes, v. 23, n. 61, p. 267- 281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.> Acesso: 01 de dezembro de 2014.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

COLETA DE DADOS PARA TRABALHO MONOGRÁFICO

Para os senhores (as) professores (as):

Com a pretensão de coletar dados para realizar o trabalho de conclusão de curso (TCC), procuramos através do seguinte questionário e sua colaboração levantar instrumentos que identifique como a educação integral acontece nas suas vivências, com isso o nosso instrumento de coleta reconhece e solicita gentilmente sua participação neste processo de construção.

Agradecemos sua colaboração.

Maria Helena dos Santos Gomes Leal
Orientador: Edvando Fernandes Gomes

QUESTIONÁRIO: Educação Integral na perspectiva do Programa Mais Educação.

1. Formação/Titulação: Serviço Social
2. Qual é a oficina que você ministra ou ministrou?
Coordenação
3. Quanto tempo você participa do Programa Mais Educação?
Como coordenadora 2 anos. Nos anos anteriores como monitora 4 anos.
4. A estrutura física que atende o Programa Mais Educação corresponde as necessidades (como salas, banheiros e lazer), e estão de acordo com a proposta

da Educação Integral, pensada para o aluno ou aluna permanecer o dia inteiro na escola?

Sim (X) Não ()

Justifique:

de forma geral sim. Porém pode adaptar-se de melhor forma, com espaços exclusivos para o programa.

5. Em termos pedagógicos os materiais fornecidos pelo Programa Mais Educação são suficiente e adequado para a proposta pensada na educação integral?

Justifique?

Sim. Condiz com as necessidades.

6. Em sua opinião didaticamente a forma como é organizadas as turmas ajuda nas aprendizagens dos alunos e aluna? Justifique?

Sim. O tempo ^{de execução} das oficinas traz a dinamiedade das atividades.

7. O que fez com que você procurasse o Programa Mais Educação para atuar como coordenador ou oficinairo?

Por gostar da proposta e acreditar na construção do saber que conta com o trabalho em conjunto com a rede local da comunidade.

8. Como é sabido o Programa Mais Educação é tido como um programa voluntariado, ou seja, a bolsa paga serviria apenas para os custos de passagens e alimentação. Porém, está bolsa que você recebe corresponde a está expectativa, ou vai além desta definição?

No meu ponto de vista não. Acredito que deveria ter pagamento, afinal há execução de atividade, planejamento, que demanda total empenho.

9. Como você avalia está denominação do Programa Mais Educação como voluntariado?

Acredito que seja uma denominação que precisa ser revista.

10. Como coordenador/oficineiro, você acredita que o Programa Mais Educação é o caminho para se chegar ao modelo de Educação Integral? Por quê?

Sim. A permanência do aluno na escola, o fornecimento de almoço traz toda conjuntura do modelo de Educação Integral.